

Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920

MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

A articulação do tema Cidade & Trabalho enseja reflexões acerca das múltiplas dimensões do universo do trabalho e dos trabalhadores em Manaus, durante o período de expansão da economia de exportação da borracha. Seu enfrentamento pressupõe o registro de aspectos da própria história da cidade que não devem ser desconsiderados. Uma primeira dimensão é o reconhecimento de que o processo de dinamização urbana em Manaus foi relativamente recente, se comparado com a trajetória de outras importantes cidades brasileiras, como Belém, Recife, Salvador ou Rio de Janeiro, cuja estruturação remonta aos primórdios do colonialismo português no Brasil.¹

A montagem do primeiro núcleo colonial que, mais tarde, daria origem à futura cidade de Manaus, data de 1669, quando se construiu uma pequena fortificação (a Fortaleza da Barra do Rio Negro), nas imediações do que é hoje sua área portuária. No início do século XIX a fortaleza havia sido reduzida a um punhado de ruínas², dando bem a dimensão do caráter descontínuo da ocupação do sítio nos primórdios da ocupação portuguesa no vale amazônico.

Durante toda a segunda metade do século XVIII e duas primeiras décadas do século XIX, a pequena Vila da Barra permaneceu sublimada pelo controle político-administrativo da Vila de Barcelos, então a sede da Capitania de São José do Rio Negro, ponto ocidental extremo da Amazônia Portuguesa, subordinada ao Estado do Grão-Pará, com sede em Belém. O lento desenvolvimento de trocas comerciais com o Pará e Colômbia, através do Solimões contribuiu para a transferência da sede da capitania para Barra em 1820, fortalecendo não só a fixação de novos estabelecimentos produtivos (sítios, fazendas e hortas) como também a sua consolidação como ponto de parada obrigatória na rota comercial entre Belém e a *hinterlândia* na Amazônia Ocidental.³

A parca produção historiográfica para o período sugere que as décadas de 1820 e 1830 marcam uma espécie de florescimento da vida econômica e política na Vila da Barra, que passa (desde 1820) a concentrar a sede da Capitania e, após a aplicação do

¹ Ver os diversos exemplos contidos em: MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Angélica (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

² MARCOY, Paul. *Viagem Pelo Rio Amazonas*. Manaus: Ed. Governo do Estado/Edua, 2001, p. 162-177.

³ SOUZA, André Fernandes. "Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande rio Amazonas". *Revista do IHGB*, tomo 10. Rio de Janeiro, 1848, p. 411-504; REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Manãos e Outras Vilas*. 2ª ed. Manaus: Ed. Governo do Estado/Edua, 1999, p. 33-73.

Código do Processo, em 1833, a despontar como centro dinâmico da agora Comarca do Alto Amazonas.⁴

Com a eclosão do movimento cabano nos anos 1830-1840, ficou patente para os grupos políticos do Império a insatisfação popular presente na região e a sua disposição de lutar contra a opressão e a tirania das estruturas coloniais ainda vigentes. Temeroso, o Império Brasileiro decide estender mais efetivamente seu controle sobre a região, dotando-a de mecanismos institucionais de controle.⁵ É dentro desse espírito que se deve entender não só a criação da Província do Amazonas, em 1850, como também a elevação da Vila da Barra do Rio Negro à categoria de cidade, dois anos antes (1848), com a denominação de Manáos.

Embora a nova condição de capital da Província favorecesse o desenvolvimento do núcleo “urbano” de Manaus, sua feição de pequena vila colonial permaneceu praticamente inalterada até o início da década de 1880, quando então as características propriamente urbanas se acentuam, com o incremento populacional e a montagem e funcionamento de serviços como água encanada, iluminação elétrica, canalização de esgotos, transporte coletivo (bondes), coleta de lixo, correio e telégrafo, ampliação da rede escolar, postos de saúde, hospitais e delegacias policiais, além da proliferação de atividade comercial ampla e diversificada.

Toda essa mudança estrutural deveu-se ao processo de desenvolvimento da produção extrativa da borracha, produto que desde meados do século XIX havia se transformado numa das matérias-primas mais importantes para a crescente indústria capitalista nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Beneficiada pela presença abundante e quase exclusiva da *Hevea Brasilienses* (a seringueira), a Amazônia passou, então a ser palco de uma corrida internacional pela aquisição do “ouro negro”, como então se chamava o produto. Em poucos anos, diversas firmas internacionais estabeleceram-se na região, domando e agenciando a expansão do extrativismo por meio de empréstimos e adiantamentos não só de capital (em menor escala), mas, sobretudo, de gêneros alimentícios (arroz, feijão, farinha, etc.) e implementos (terçados, lampiões, botas, espingardas, etc.) necessários para a montagem e funcionamento da estrutura produtiva dos seringais.

Pressionados pela crescente demanda internacional e beneficiados pelo aumento da arrecadação dos impostos, os governos provinciais e, após 1889, os estaduais, vão

⁴ MIRANDA, Bertino de. *A Cidade de Manáos e Seus Motins Políticos*. 2ª ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1984.

⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Autonomia do Amazonas*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1966.

assumir como tarefa primordial o fomento da atividade extrativista e a conseqüente garantia do suprimento de borracha para o mercado mundial. Embora a carência endêmica de capitais na região tenha sido atenuada através da atuação direta das firmas internacionais, algumas das quais funcionando como verdadeiras agências de crédito, o obstáculo maior para a ampliação da produção regional persistia: a escassez de mão-de-obra.

Para a resolução dos problemas, os governos locais, associados a empreendimentos privados, passaram a fomentar a imigração de populações nordestinas (em especial de cearenses) assoladas pela grande seca de 1877/78, a maior do século. Além da seca, a grande concentração fundiária presente no nordeste brasileiro, estabelecendo o domínio exclusivo do latifúndio sobre as terras produtivas, impunha ao sertanejo uma condição de vida tão miserável que o índice de mortalidade provocada pela inanição alcançou patamares alarmantes.⁶

Nestas condições, não foi difícil transferir parte considerável dessa população expropriada para os seringais da Amazônia, tarefa que era ainda mais favorecida pela forte propaganda que tanto os governos do Amazonas quanto firmas particulares promoveram nas principais capitais do Nordeste, apresentando a Amazônia não só como alternativa à fome e à miséria, mas também como o novo *El Dorado*, uma terra de riquezas e promissões.

Embora as estatísticas acerca dessa migração populacional não sejam seguras, é possível sustentar as cifras projetadas por Celso Furtado, que levanta a tese de que nada menos de meio milhão de nordestinos foram deslocados para os seringais da Amazônia no período de 1880 a 1910.

Como era de se esperar, a montagem da estrutura produtiva dos seringais, embora recorrendo a práticas e técnicas produtivas já estabelecidas na região, alterou significativamente as relações sociais de produção vigentes e, de igual forma, contribuiu para a própria modificação do perfil sócio-cultural do mundo amazônico, consolidando o “caboclo” como o arquétipo do novo homem amazônico, sublimando gradativamente a figura ancestral do indígena.

A economia gumífera engendrou um sistema de trabalho extremamente rígido e desumano. Chegando aos seringais o migrante assumia, de imediato, uma pesada dívida com o “barracão”, termo pelo qual se convencionou chamar a sede do seringal, que abrigava não só as atividades administrativas, mais também a função de ponto comercial

⁶ WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

destinado ao abastecimento de víveres e instrumentos de trabalho. A dívida do seringueiro começava antes mesmo de sua chegada à região e dizia respeito aos custos da viagem do Nordeste à Manaus nas “gaiolas”, e de Manaus aos seringais. À viagem, somavam-se os gastos com a aquisição no barracão de uma quantidade de gêneros (farinha, arroz, feijão, aguardente, etc.) e de implementos necessários à sobrevivência no seringal (terçado, vasilhames, panelas, pratos, pólvora, espingarda, etc.).

Em contrapartida, o seringueiro assumia o compromisso de entregar no barracão, ao final do período de extração, toda a sua produção de borracha que, então, deveria cobrir o valor dos aviamentos contraídos. Como o controle dos seringais era exercido de forma truculenta e autoritária pelos seringalistas ou seus prepostos, os valores, tanto da borracha extraída quanto dos artigos comercializados pelo barracão, era arbitrado de forma tal, que o seringueiro dificilmente conseguia saldar suas dívidas, condição estabelecida para que ele pudesse se afastar definitivamente do seringal. A montagem dessa engrenagem espoliativa levou Euclides da Cunha a definir com bastante propriedade o seringueiro como “aquele que trabalha para se escravizar”.⁷

Por outro lado, a dureza da vida nos seringais tem sido erroneamente confrontada com um estilo de vida alegre e “folgazão” atribuído à população manauara. Nossa memória histórica tradicional pouco mencionou, ou mesmo omitiu a dureza das condições de vida e trabalho da maior parte da população local, preferindo registrar os excessos de esnobismo de novos ricos manauaras.

Imagens de seringalistas acendendo charutos com notas de mil réis, famílias mandando suas roupas sujas para serem lavadas em Lisboa tem sido lembradas com insistência por nossos memorialistas. Da mesma forma, comenta-se muito da larga incorporação de hábitos culturais típicos do refinamento burguês europeu, responsável pela imagem singela de Manaus como uma miniatura de metrópole européia. Assim é que para Genesino Braga, Manaus, “nascida entre um toque de guerra e um sonho de amor... surgiu para a história com orgulho de metrópole”. E continua:

De metrópole da altiva e guerreira nação Manau, prosseguiu depois, no curso dos tempos, o seu destino de centro civilizador: metrópole da Capitania, da Província, do Estado; e, alçada agora a Metrópole da Amazônia Ocidental, é, com a sua Zona Franca Internacional (a única Zona Franca Internacional no Brasil), Metrópole Internacional do Brasil.⁸

⁷ CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 40-52. Cf. também: REIS, Arthur Cézard Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*. 2ª ed. Manaus: Edua, 1997.

⁸ BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975, p. 3.

Não é difícil ver nessas representações as linhas de força e os postulados que, em produção recente, Sandra Pesavento identificou como características típicas de uma historiografia *Belle Époque*, que valorizava a “cultura” como “o sorriso da sociedade”.⁹

Ocorre que todas essas imagens, longe de traduzirem a ambiência vivenciada pelo conjunto da população manauara, não passam de extrapolações grosseiras de um estilo de vida muito particular que dizia respeito a grupos extremamente restritos da elite abastada regional. A insistência com que tais imagens têm sido recuperadas tem servido tão somente para mitificar o passado a partir de uma visão saudosista e conservadora.¹⁰

A “Paris das Selvas” como gostam de chamar até hoje os adeptos dessa perspectiva, afigurou-se, aos olhos de importantes críticos sociais, não como uma cópia em escala de sua “matriz européia”, mas como construção caricata, imperfeita e incapaz de sustentar, mesmo de relance, a comparação pretendida. Euclides condenou-lhe,

a vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. Cidade meio caipira, meio européia, onde o tejupar se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado o ianque espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute é a de uma maloca transformada em *Grand*.¹¹

Ao espelhar-se num longínquo mundo europeizado, as elites locais nada mais faziam que tentar, grosseiramente, disfarçar as marcas do passado indígena regional, que reputavam como atrasado e incompatível com o avanço do progresso cultural e material. Era, em suma, a manifestação clara da crise de identidade já apontada por Márcio Souza em alguns de seus escritos.

Nossas pesquisas têm buscado acompanhar outras trajetórias ainda pouco exploradas na escrita da História Amazonense. Neste sentido, temos tentado iluminar experiências sociais concretas, do amplo e diversificado contingente de trabalhadores e de pobres urbanos que se formou na cidade de Manaus durante a República Velha. Trata-se, portanto, de acompanhar a vivência de pessoas comuns que, embora não tenham tido experiências *glamourosas* ou repletas do fascínio na *Belle Époque* Manauara, foram,

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 14-15.

¹⁰ Tivemos a oportunidade de explorar alguns desses postulados da historiografia regional em trabalho anterior: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925, Manaus: Edua, 1999, esp. p. 177-184. Mais recentemente incorporei na análise um conjunto de memorialistas e literatos que tanto quanto os historiadores, consolidaram imagens do urbano em Manaus. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Dilemas da Intelectualidade no Amazonas”. *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Janeiro de 2002. Nesta abordagem incorporei muitas das sugestivas reflexões trazidas por: PESAVENTO, Sandra. *O Imaginário da Cidade*: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

¹¹ CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido*: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 221.

todavia, ao lado dos extratores do látex, os esteios sobre os quais se assentou a sociedade extrativista.

Construtores anônimos do progresso material da cidade, seus desejos e anseios tendiam a ser desprezados, sua vontade política desconsiderada, seus protestos e reivindicações ignoradas. Mas, sua presença na cidade estava longe de ter sido passiva. Agindo e reagindo no interior das relações sociais de produção, os trabalhadores manauaras souberam trilhar, em diversas ocasiões, o caminho da participação política ativa, atraindo para si a atenção, simpatia e respeito por parte da sociedade local e a preocupação e animosidade dos grupos dominantes. Registremos aqui a inspiração thompsoniana, seja na incorporação de seus temas prioritários de pesquisa, seja pelos postulados metodológicos por ele sugeridos, como o expresso em trecho de seu famoso prefácio à *Formação da Classe Operária Inglesa*:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesão 'utópico' e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência. Se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.¹²

Se no contexto historiográfico regional, a cidade tem sido uma referência freqüente (embora fortemente idealizada), o tema do trabalho urbano sequer é mencionado. Seu enfrentamento tem sido, todavia, uma preocupação cada vez mais assumida na produção acadêmica recente, tendo inclusive resultado em importantes dissertações de mestrado.¹³

Com efeito, nas primeiras décadas da Província, o discurso dos presidentes é uníssono no sentido de apontar a carência endêmica de trabalhadores especializados no Amazonas. Recorrendo à corriqueira prática colonial, tanto os moradores brancos quanto às autoridades provinciais fizeram largo uso da mão-de-obra indígena regional, arregimentando-os nos mais diversos espaços da Província por intermédio das Diretorias de Índios.

Todo o trabalho nas roças, sítios particulares na periferia da cidade (Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo), além do próprio trabalho doméstico, era realizado por índios trazidos da vizinhança. Lamentavelmente, até hoje tem sido prática corrente entre os

¹² THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

¹³ Além de meu estudo sobre os trabalhadores do porto, destaco: DIAS, Edinéa Mascarenha. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1890-1910. Manaus: Valer, 1999 e COSTA, Francisca Deusa. Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana – Manaus, 1900 – 1915. In: FENELON, Déa (Org). *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

habitantes de Manaus trazer jovens índias do interior do estado para a realização de trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma remuneração.

Em 1848, quando aportou em Manaus um navio do exército brasileiro, todos os índios da cidade fugiram para o mato temendo o recrutamento forçado, então uma prática bastante comum. Como escreveu um viajante italiano, o resultado dessa fuga de índios foi a total paralisação dos serviços na cidade e, em uma semana, não havia sequer víveres para o abastecimento dos moradores, o que demonstra inegavelmente a grande dependência da cidade em relação ao trabalho indígena.¹⁴

Era comum que das Diretorias de Índios do interior viessem para Manaus, freqüentes levas de índios para serem colocados à disposição das “Obras Públicas”: aterros, desaterros, construções de pontes e prédios públicos, conserto e conservação de ruas, praças e jardins, etc. Muitos índios sucumbiram diante da dureza do serviço e das péssimas condições onde eram abrigados, sem falar na freqüente inadaptação aos costumes locais. Em 1887, o Presidente da Província do Amazonas queixava-se de um Diretor de Índios que teria mandado à Manaus índios que, não acostumados ao uso do sal na comida e a outros hábitos alimentares vigentes na cidade, teriam adquirido escorbuto e outros males que resultaram na morte de quase toda a “partida”.¹⁵

Por outro lado, para a execução de atividades mais complexas que exigiam conhecimentos técnicos específicos, o Governo Provincial, não podendo contar com a população indígena local, recorria à contratação de profissionais da Corte ou mesmo da Europa. Assim, engenheiros, agrimensores, bombeiros hidráulicos e o trabalho de metalurgia tendiam a ser realizados com a utilização de mão-de-obra importada.

Após 1857, a Província tentou estimular a formação profissional de meninos índios através da criação do Educandário dos Artífices que possuía oficinas para a formação profissional de sapateiros, alfaiates, marceneiros, etc. Por trás de uma capa de benemerência, o Educandário funcionou como instituição disciplinadora e repressiva e, na prática, voltada para o fornecimento de mão de obra barata para os serviços urbanos. Eram freqüentes as denúncias de maus tratos e os internos ficavam confinados em quartos e salas aos moldes de uma prisão. Seus críticos denunciavam que o controle sobre as crianças índias funcionava como forma de “incentivar” a permanência dos pais na cidade enquanto durasse a “formação profissional” das crianças índias, o que podia chegar até oito anos.

¹⁴ OSCULATTI, Gaetano. “De Tabatinga a Belém (1847)”. In: ISENBURG, Tereza (Org). *Naturalistas Italianos no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990, p. 139-202.

¹⁵ *RELATÓRIO do Presidente da Província do Amazonas*. Manaus, 1887.

De qualquer forma, por décadas as queixas contra a baixa qualificação dos trabalhadores amazonenses continuaram e o imprevisto com que muitos serviços, principalmente na construção civil eram realizados, foi freqüentemente apontado como a causa da pouca durabilidade das obras e de seu elevado valor. Uma mudança expressiva só ocorreria com o início a expansão da economia gumífera, quando então Manaus transformou-se num ponto comercial importante, encarregado de fazer chegar ao interior do estado os implementos e gêneros necessários aos seringais e também de escoar a borracha dos seringais para os principais portos do Ocidente.

Tão logo a cidade vai assumindo essa nova configuração, o universo do trabalho urbano se expande, em boa medida pela incorporação de migrantes nacionais e da contratação de trabalhadores especializados, em geral, estrangeiros. É nesse momento que diversas categorias profissionais vão se consolidando e, graças à importância estratégica assumida por algumas delas, tem início o lento e conturbado processo associativo.

Com os cofres públicos abarrotados pela crescente arrecadação fiscal, o Governo Provincial tornou-se, de imediato, um dos principais empregadores, contratando profissionais para o serviço burocrático e um corpo técnico para áreas especializadas, como saúde, educação, saneamento, etc. Em poucos anos, o funcionalismo público preenchia seus cargos com a contratação de médicos e enfermeiras, juízes, delegados e policiais, professores, amanuenses, engenheiros, etc.

Fora do serviço público, as firmas comerciais também assimilaram um significativo contingente de trabalhadores, empregando principalmente, balconistas, caixeiros, secretários e guarda-livros. Ao iniciar o século XX, os empregados do comércio já somavam mais de três mil trabalhadores, numa cidade que se aproximava da casa dos 15.000 habitantes.

Profissões avulsas também se desenvolveram e, entre elas, algumas chegaram a ter grande importância no período, como foi o caso dos trabalhadores portuários. Neste particular, estivadores, carroceiros e catraieiros tiveram um papel destacado.¹⁶ Havia também os empregados das empresas estrangeiras, concessionárias dos serviços públicos de água, luz, saneamento e transporte.

Uma das características do trabalho urbano na Manaus da borracha foi a forte concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços). Em contrapartida, o trabalho fabril pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de

¹⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros*, Op. Cit.

trabalhadores em empresas de beneficiamento de produtos regionais como a castanha, nas fábricas de gelo e cerveja ou ainda nas oficinas gráficas locais.

Outra característica do trabalho urbano em Manaus, é que ele foi majoritariamente masculino, uma vez que a presença feminina apenas começava a ganhar visibilidade no espaço público, embora ainda timidamente. Na verdade, as mulheres continuavam a exercer funções tradicionais, inseridas no âmbito do privado, como as funções domésticas: cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, estas, muitas vezes desenvolvendo seus trabalhos nas margens dos igarapés da cidade.

No final do século XIX, o trabalho feminino avança principalmente em direção ao magistério infantil, dedicado ao ensino das “primeiras letras”. Embora trabalhassem nas escolas públicas, onde dividiam a tarefa de ensinar com professores homens, sua maior participação se deu em modestos empreendimentos particulares. “Escolinhas” autorizadas pelo governo, muitas delas não passando de uma pequena sala de aula anexa à casa ou mesmo ocupando um cômodo improvisado para o atendimento de turmas mistas de 10 a 40 crianças.

Enquanto no ensino primário a participação da mulher era vista como honrada e digna, dela tomando parte até senhoras de famílias tradicionais, outros tipos de emprego feminino, principalmente aqueles que se realizam fora de casa, como os de secretária ou datilógrafa, sendo ainda uma novidade dos “tempos modernos”, eram vistos com muita desconfiança e a quase totalidade das vagas foram preenchidas por mulheres de famílias pobres ou de ganhos módicos, para quem a recusa de um outro salário estava fora de cogitação e acima dos preconceitos e estigmas sociais em voga.

Pelas mesmas razões, eram mulheres pobres também as que se empenhavam nas confecções de roupas e nas fábricas de beneficiamento de castanhas. Em todos os casos, seus serviços embora acompanhassem a mesma jornada de trabalho masculina, eram remunerados abaixo desta e seus ganhos eram considerados como mero complemento da renda familiar.

O trabalho infantil também esteve presente na Manaus da borracha e chegou a ser na iconografia da época, mais freqüente que o trabalho feminino. Em todo o período da borracha, não houve rua de Manaus que não tenha presenciado o trançar contínuo de pequenos entregadores de encomendas e recados, dos jornaleiros e de uma infinidade de ambulantes, oferecendo desde guloseimas a pequenos produtos de decoração e peças de vestuário, cuja fabricação artesanal era feita, em geral, pela mãe e/ou irmãs nas horas vagas do serviço da casa.

Em várias ocasiões o trabalho infantil também foi utilizado como alternativa estratégica para a manutenção da acumulação de capitais. Mesmo nas tarefas ligadas a estiva, (trabalho que exigia força e robustez), as firmas locais e a poderosa Manáos Harbour, firma que arrendou o porto de Manaus, utilizava-se da contratação da mão-de-obra infantil. Assim como no trabalho feminino, a baixa remuneração foi também regra no trabalho infantil, sendo quase sempre pago à razão da metade ou até mesmo a terça parte do salário pago aos homens.

Não sendo uma exclusividade do contexto manauara, todas essas dimensões do viver urbano refletem a diversidade de experiências sociais e de estratégias de sobrevivência popular em contextos bastante adversos.¹⁷

¹⁷ Existe uma tradição significativa de estudos no Brasil que exploram a diversidade dessas experiências no sentido aqui indicado. Dentre outros, conferir: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995; PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e Sobrevivência*. São Paulo: Edusp, 1994; MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru-SP: Edusc, 2002.